

RELATÓRIO

INSPECÇÃO RELATIVA AO ARTIGO 98.º

Relatório da Autoridade de Controlo Comum Schengen sobre a inspeção feita ao uso das indicações do artigo 98.º no Sistema de Informação Schengen

Bruxelas, 13 de Outubro de 2009

Índice

I	Introdução.....	3
II	Controlo da Protecção de Dados	3
III	Motivo da inspecção.....	4
IV	Âmbito e método da inspecção.....	5
V	Respostas recebidas	6
VI	Conteúdo.....	9
	A. Conteúdo do ficheiro	9
VII	Observações e recomendações	13
VIII	Anexos.....	15
IX	Answers.....	19

I. INTRODUÇÃO

Em Março de 2008, a ACC decidiu dar início a uma inspecção do uso das indicações do artigo 98.º e recolher informações sobre os procedimentos nacionais seguidos para inserir uma indicação do artigo 98.º no Sistema de Informação Schengen (SIS).

Esta inspecção, juntamente com a inspecção do uso das indicações do artigo 97.º que foi levada a cabo ao mesmo tempo, constitui a fase final de uma inspecção global do uso das indicações no SIS lançada em 2005. A ACC acaba assim de verificar a forma como os Estados Schengen criaram as condições necessárias ao uso das indicações nos termos dos artigos 96.º a 99.º da Convenção de Schengen.

A base jurídica actual para as indicações do artigo 98.º, a *Convenção de Schengen*, será substituída de futuro pela Decisão do Conselho relativa ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II)¹. Uma vez que esta decisão do Conselho define as indicações em causa e as condições da sua utilização em termos semelhantes aos da Convenção de Schengen, os resultados da presente inspecção permanecerão válidos quando for aplicada a nova base jurídica do SIS II.

Constam do presente relatório os resultados e uma avaliação da mais recente inspecção relativa ao artigo 98.º efectuada pela ACC.

II. CONTROLO DA PROTECÇÃO DE DADOS

Nos termos da Convenção de Schengen, são tratados dados pessoais no SIS pelos 25 Estados participantes (os Estados Schengen). A Convenção de Schengen reparte o controlo da protecção de dados entre as autoridades nacionais de protecção de dados e a ACC no que concerne respectivamente ao conteúdo e ao funcionamento do SIS. O Estado Schengen que insere dados no sistema é responsável pelo tratamento desses dados no SIS de acordo com a Convenção de Schengen e a autoridade nacional de protecção de dados desempenha a função de instância de controlo. Por outro lado, a ACC tem a missão geral de controlar a função de apoio técnico do SIS, ou seja, transmite os dados inseridos no SIS a todos os Estados Schengen.

¹ JO L 205 de 7.8.2007.

O artigo 115.º da Convenção de Schengen descreve as funções da ACC. Além do controlo da função de apoio técnico do SIS, a ACC está encarregada de analisar as dificuldades de aplicação ou de interpretação que possam surgir durante a exploração do SIS, bem como de elaborar propostas harmonizadas com vista a encontrar soluções comuns para os problemas existentes. É essa a base jurídica para a condução de inspeções sistemáticas da aplicação de um determinado artigo da Convenção de Schengen.

III. MOTIVO DA INSPECÇÃO

As indicações do artigo 98.º referem-se a três categorias de pessoas:

- 1) testemunhas;
- 2) pessoas notificadas a comparecerem perante as autoridades judiciárias, no âmbito de um processo penal a fim de responderem por factos que lhes são imputados;
- 3) Pessoas que devam ser notificadas de uma sentença penal ou de um pedido para se apresentarem para cumprir uma pena privativa de liberdade a pedido das autoridades judiciárias competentes, para efeitos da comunicação do local de permanência ou do domicílio.

Uma indicação ao abrigo do artigo 98.º visa a comunicação do local de permanência ou do domicílio para poder localizar ou encontrar testemunhas, pessoas notificadas para comparecer perante as autoridades judiciárias no âmbito de um processo penal ou para se apresentarem para cumprir uma pena privativa de liberdade. As estatísticas recebidas do C.SIS sobre o número de indicações inseridas no SIS de acordo com o artigo 98.º variam de país para país. A fim de assegurar uma melhor compreensão da utilização dada a essas indicações, seria interessante estudar as razões dadas pelas indicações do artigo 98.º. Outra questão a ter em conta é a obrigação prevista no artigo 98.º, n.º 2 de comunicar as informações solicitadas à parte requerente de acordo com a legislação nacional e com as convenções em vigor relativas ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal.

A comparação de indicações do artigo 98.º com indicações do artigo 95º revela certas semelhanças (por exemplo, em ambos os casos as indicações podem ser inseridas a pedido da autoridade judiciária, a pessoa é procurada por ter cometido uma infracção penal, etc.). Todavia, a principal diferença reside no facto de não serem necessárias medidas coercivas (nomeadamente, a detenção) relativamente à pessoa em causa, visto que a indicação visa fornecer ao Estado requerente informações sobre o local de permanência ou do domicílio da pessoa procurada.

À data de 1 de Março de 2008, o SIS continha o seguinte volume de indicações do artigo 98.º:

País								
	AT	BE	CZ	DE	DK	EE	ES	
FI								
<i>Artigo 98.º</i>	5892	588	326	1843	76	439	4110	6
País								
	FR	GR	HU	IS	IT	LT	LU	LV
<i>Artigo 98.º</i>	23872	0	1371	1	15782	86	306	124
País								
	MT	NL	NO	PL	PT	SE	SL	
SK								
<i>Artigo 98.º</i>	5	78	156	0	6040	0	142	5016

Estes números¹ justificam fundamentalmente a finalidade da inspecção: verificar se as variações no número de indicações do artigo 98.º introduzidas pelos diferentes Estados Schengen resultam de aplicações diferentes do artigo por esses Estados. Os factores que podem explicar esta constatação prendem-se com variações das legislações nacionais e com o funcionamento prático das autoridades competentes². Não obstante, não pode ser excluída a possibilidade de que o artigo 98.º seja interpretado de modo diferente no espaço Schengen. Nestas circunstâncias, a ACC decidiu solicitar às autoridades nacionais de protecção de dados que inspecionassem os SIS nacionais numa acção comum.

IV. ÂMBITO E MÉTODO DA INSPECÇÃO

O objectivo da inspecção era assegurar que os dados do artigo 98.º sejam tratados em conformidade com esse artigo e os princípios da protecção de dados da Convenção de Schengen, do Manual SIRENE e da legislação nacional aplicável. Os dados foram recolhidos relativamente aos

¹ Os números no início de 2009 apresentam um quadro semelhante.

² Todavia, importa não esquecer que, apesar de, nalguns Estados Schengen, o número de indicações ter sido baixo ou mesmo não ter havido indicações, se assiste a um aumento dos valores devido ao acesso por parte das autoridades judiciais e dos procuradores públicos às indicações do artigo 98.º.

procedimentos aplicados pelas autoridades competentes antes e depois da inserção de uma indicação do artigo 98.

Foi elaborado um questionário (ver anexos) para a recolha de dados sobre os procedimentos aplicados pelas autoridades competentes antes e depois da inserção de uma indicação do artigo 98.º.

V. RESPOSTAS RECEBIDAS

O Secretariado recebeu vinte e cinco respostas dos seguintes Estados Schengen: Alemanha, Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Islândia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido.

RESULTADOS

A ACC procedeu a uma avaliação das respostas recebidas. Ao apresentar a primeira avaliação, a ACC sublinha certos princípios orientadores para o uso das indicações do artigo 98.º Importa notar que, embora as autoridades nacionais de protecção de dados tenham utilizado o mesmo modelo de questionário, se verificaram em certos casos diferenças na forma de apresentar os resultados. O facto de alguns Estados Schengen conduzirem as inspecções *in situ*, ao passo que outros recorrem a um procedimento escrito influenciou igualmente os resultados.

A. Decisão de utilizar uma indicação do artigo 98.º

1. Quais as autoridades competentes que podem tomar decisões sobre uma indicação do artigo 98.º?

Cabe obviamente um importante papel aos procuradores públicos e as autoridades judiciárias para tomar uma decisão que culmina numa indicação do artigo 98.º, embora nalguns Estados Schengen sejam igualmente competentes a polícia, a polícia de segurança, as autoridades fiscais e aduaneiras, as autoridades de guarda das fronteiras e outras autoridades competentes para investigações penais.

2. Foi criado um procedimento específico para esta categoria de indicações?

16 Estados Schengen responderam afirmativamente a esta pergunta. Existem, todavia, grandes diferenças entre estes procedimentos. Assim, nos Países Baixos, foram elaboradas instruções pormenorizadas para descrever os casos em que é permitida uma indicação, ao passo que outros Estados apenas mencionam uma decisão formal tomada por uma autoridade como requisito para o lançamento de uma indicação. Outros Estados remetem para o manual SIRENE, diversas regras policiais ou regulamentações administrativas internas.

Em nove (9) Estados Schengen (Espanha, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Luxemburgo, Portugal, República Eslovaca) não foram desenvolvidos procedimentos específicos para este tipo de indicação.

3. A necessidade de localizar ou encontrar testemunhas, pessoas notificadas para comparecer perante as autoridades judiciárias no âmbito de um processo penal ou para se apresentarem para cumprir uma pena privativa de liberdade constitui uma condição prévia para a emissão de uma indicação nos termos do artigo 98.º?

Todas as respostas confirmam que a necessidade de localizar ou encontrar testemunhas, pessoas notificadas para comparecer perante as autoridades judiciárias no âmbito de um processo penal ou para se apresentarem para cumprir uma pena privativa de liberdade constitui uma condição prévia para a emissão de uma indicação nos termos do artigo 98.º. Na Polónia, estas indicações apenas são emitidas se as tentativas de localizar ou encontrar o paradeiro das pessoas enumeradas neste artigo tiverem sido goradas no país.

4. As indicações apenas são tratadas se a pessoa em causa não tiver um endereço permanente?

O conceito "endereço permanente" abrange tanto o local de permanência ou do domicílio (artigo 98.º, n.º1, da Convenção de Schengen)¹.

Em nove (9) Estados Schengen, as indicações do artigo 98.º apenas são utilizadas se a pessoa em causa não tiver nenhum endereço permanente. Noutros Estados, o facto de possuir um endereço permanente não constitui uma condição para a indicação. Por exemplo, é possível inserir uma indicação do artigo 98.º se um endereço não for confirmado como sendo o endereço correcto ou se for impossível determinar o paradeiro da pessoa, apesar de ter um endereço permanente.

¹ De um modo geral, entende-se por "domicílio" a relação da pessoa com o Estado ou parte do território deste onde reside permanente ou habitualmente com a intenção de aí estabelecer o seu centro de interesses pessoais, sociais e económicos; o local de residência é o local onde a pessoa reside de facto a maior parte do tempo.

5. Se uma pessoa não tiver um endereço permanente, qual é a razão para inserir uma indicação Schengen?

Na maior parte dos casos, essa indicação é tratada se a pessoa em causa não for encontrada no endereço em causa (ou em vários endereços). Não há dados sobre o fundamento para essa conclusão. Um Estado referiu também a Convenção relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre os Estados-Membros da União Europeia, de 29 de Maio de 2000. As autoridades judiciárias podem notificar documentos ou pedidos para se apresentarem em tribunal directamente por correio às pessoas em causa. Para o efeito, todavia, a autoridade precisa de um endereço oficial onde a convocatória deve ser notificada e uma indicação ao abrigo do artigo 98.º pode permitir determinar esse endereço.

6. Estatísticas das indicações do artigo 98.º

O artigo 98.º pode aplicar-se a três categorias de pessoas:

- 1) testemunhas;
- 2) pessoas notificadas a comparecerem perante as autoridades judiciárias, no âmbito de um processo penal a fim de responderem por factos que lhes são imputados;
- 3) pessoas que devam ser notificadas de uma sentença penal ou de um pedido para se apresentarem para cumprir uma pena privativa de liberdade a pedido das autoridades judiciárias competentes.

Uma indicação ao abrigo do artigo 98º visa a comunicação do local de permanência ou do domicílio para poder localizar testemunhas e pessoas notificadas para comparecer perante as autoridades judiciárias no âmbito de um processo penal ou para se apresentarem para cumprir uma pena privativa de liberdade.

Em oito (8) Estados Schengen, não existem estatísticas sobre o número de indicações do artigo 98.º para as diferentes categorias de pessoas.

As estatísticas apresentadas pelos restantes Estados Schengen revelam que a maioria das indicações diz respeito a pessoas notificadas para comparecerem perante as autoridades judiciárias no âmbito de um processo penal. Poucas indicações dizem respeito a testemunhas, com excepção do Luxemburgo (45% – 60%).

7. Existe um procedimento específico para a comunicação de dados à parte requerente?

Vários Estados Schengen informaram que os procedimentos se baseiam no Manual SIRENE e em normas/instruções policiais internas. Na maior parte dos casos, a comunicação de dados ao abrigo do artigo 98.º à parte requerente processa-se via os Gabinetes SIRENE em caso de acerto.

O Manual SIRENE estabelece as regras comuns para a criação e inserção de indicações e os formulários a utilizar para as informações trocadas entre os Gabinetes SIRENE. Foram recebidas respostas da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, Hungria, Itália, Lituânia, Letónia, Malta, dos Países Baixos e da República Checa sobre a utilização do formulário G para o intercâmbio de informações no caso de uma indicação do artigo 98.º. O formulário G é utilizado para informar o Estado que inseriu a indicação de um acerto. De acordo com as respostas dadas, este formulário é utilizado se a acção pedida pode ser ou tenha sido efectuada. A Espanha até transmitiu estatísticas sobre a utilização do formulário G em 2008: enviados – 102; recebidos – 76. A Eslovénia informou que o formulário G é utilizado para comunicar à autoridade introdutora o endereço da pessoa objecto da indicação. A Itália respondeu que as informações sobre uma indicação são trocadas entre o país que inseriu a indicação e o país onde a pessoa em causa foi encontrada, mediante envio dos formulários previstos no âmbito do procedimento SIRENE.

VI. CONTEÚDO

A. Conteúdo do ficheiro

Nesta parte do questionário, solicitou-se às autoridades nacionais de protecção de dados informações sobre os ficheiros na base de uma indicação do artigo 98.º e procedimentos conexos. 24 Estados Schengen responderam a estas perguntas.

1. Existe um ficheiro no Gabinete SIRENE?

A maior parte das respostas assinala que, em caso de uma indicação nacional do artigo 98.º, o Gabinete SIRENE mantém um ficheiro. Alguns Estados informaram que o Gabinete SIRENE apenas conserva um ficheiro em caso de acerto. Na Alemanha, o Gabinete SIRENE apenas conserva um ficheiro em caso de acerto e se a informação for objecto de intercâmbio. Quatro Estados Schengen (Dinamarca, França, Itália, Polónia) responderam que o ficheiro não é conservado no Gabinete SIRENE, mas sim noutra local, onde pode ser consultado por este. Em Itália e na Polónia, os Gabinetes SIRENE não conservam ficheiros; no entanto, é aberto um ficheiro sempre que seja necessário enviar informações suplementares entre os Gabinetes SIRENE no âmbito do tratamento de uma indicação no SIS ou em caso de acerto.

1-A. As informações suplementares comunicadas na sequência de um acerto recaem no âmbito do auxílio judiciário mútuo?

11 Estados Schengen responderam afirmativamente a esta pergunta. Um Estado (Alemanha) mencionou o intercâmbio entre autoridades policiais nos termos do artigo 39.º da CAAS. Na Hungria, as informações são comunicadas no âmbito do auxílio judiciário mútuo apenas a pedido. O Gabinete SIRENE esloveno assinalou problemas relacionados com a exactidão das indicações, visto que alguns Estados Schengen omitem suprimir indicações já caducadas.

1-B. O procedimento SIRPIT (SIRENE Picture Transfer) para o intercâmbio de imagens e impressões digitais é utilizado para efeitos de identificação de pessoas?

De acordo com as respostas recebidas, o procedimento SIRPIT para o intercâmbio de imagens e impressões digitais não é utilizado em larga escala, versão que apenas 12 Estados referem a utilização deste procedimento. Em Itália, o procedimento SIRPIT é utilizado sempre que necessário para identificar a pessoa em causa, sob reserva do direito interno. Nalguns Estados Schengen, o procedimento SIRPIT ainda não foi implementado (Polónia, Estónia, Eslovénia). Imagens e impressões digitais podem igualmente ser trocadas via SISNET.

1-C. Existe um procedimento para a utilização posterior dos dados trocados via SIRPIT (incluindo arquivamento)?

De acordo com as informações fornecidas, metade dos Estados dispõe de um procedimento para a utilização posterior dos dados trocados via SIRPIT (incluindo arquivamento). Nalguns Estados, a utilização posterior desses dados rege-se pela legislação nacional (Áustria, Dinamarca). A Alemanha refere que o intercâmbio de informações via SIRPIT obedece ao disposto no artigo 98º da CAAS. As informações fornecidas são conservadas apenas durante o período necessário para os fins a que se destinam. Não obstante o disposto no artigo 112.º-A, n.º2, da CAAS, por norma e de acordo com o artigo 112.º-A, n.º1 da CAAS, os documentos são suprimidos o mais tardar um ano depois de a indicação respeitante à pessoa em causa ter sido suprimida do SIS. A Itália informou que a sua prática é idêntica. Na Hungria, estas informações são conservadas como informações suplementares. Alguns Estados informaram que estas informações são conservadas com o objectivo de verificar posteriormente a eventual comunicação enquanto o ficheiro existia (Eslováquia). Aparentemente, nalguns Estados, são aplicados os mesmos procedimentos de conservação e arquivamento em relação aos dados trocados via SIRPIT.

1-D. É feita uma apreciação periódica da necessidade de conservar as informações transmitidas?

Dezasseis Estados Schengen referem que procedem a uma avaliação periódica da necessidade de conservar as informações transmitidas. Em Itália, por exemplo, essa avaliação periódica está a cargo de outro organismo administrativo, o Archivio Affari Generali [Arquivo Assuntos Gerais] na Direcção da Polícia Judiciária Central de acordo com a legislação interna. As respostas não referem se tal diz respeito à revisão periódica de três anos nos termos do artigo 112º nem se estão previstas outras revisões periódicas nem qual o organismo responsável.

1-E. A obrigação de apreciação periódica está prevista num documento de estratégia oficial?

Metade das respostas refere que a obrigação de apreciação periódica está prevista num documento de estratégia oficial. As respostas indicam igualmente que está a ser aplicado o disposto no artigo 112º da CAAS. Na Alemanha, o arquivamento obedece ao artigo 112.º-A, n.º1 da CAAS pela duração da indicação no SIS.

Convém notar que uma indicação do artigo 98.º se baseia num pedido de uma autoridade judiciária com vista à notificação de documentos a uma pessoa no âmbito de um processo judicial. As respostas recebidas não mencionaram a cooperação entre autoridades judiciárias e, por exemplo, os Gabinetes SIRENE relativamente à conservação da indicação. Uma vez que a decisão de inserir uma indicação do artigo 98.º é tomada com base no pedido de uma autoridade judiciária, a decisão relativa à conservação da mesma deveria ser tomada em cooperação com essa autoridade. O artigo 112.º, n.º1, da CAAS prevê que os dados pessoais introduzidos no SIS devem ser conservados apenas durante o período necessário para alcançar os fins para que foram fornecidos. Por conseguinte, uma vez localizada pessoa e comunicados os dados sobre o seu paradeiro ao Estado requerente, a indicação deveria ser apagada do sistema.

1-F. Quais as autoridades que no Vosso país têm acesso aos dados do artigo 98.º contidos no SIS?

Segundo as respostas, o número de autoridades que têm acesso aos dados do artigo 98.º inseridos no SIS varia consoante o Estado. Todas as respostas mencionam as autoridades policiais e judiciais. Todavia, a lista é bastante vasta, abrangendo também autoridades da guarda de fronteiras, autoridades fiscais e aduaneiras, polícia de segurança, o Ministério Público, autoridades encarregadas da prevenção e combate à corrupção, autoridades da área da migração, polícia militar, administração penitenciária e um gabinete de segurança constitucional. Dado que o artigo 98.º menciona explicitamente que a indicação deve ser inserida a pedido de uma autoridade judiciária no âmbito de um processo penal, a ACC interroga-se sobre a compatibilidade com as disposições da CAAS, nomeadamente do artigo 101.º, do acesso concedido a um tão grande número de autoridades para fins de uma indicação do artigo 98.º.

2. Estão previstos procedimentos suplementares aplicáveis à verificação dos dados envolvidos nas indicações do artigo 98.º?

Apenas três Estados Schengen referem a aplicação de procedimentos suplementares à verificação dos dados envolvidos nas indicações do artigo 98.º. Em Itália, em caso de troca de correspondência sobre uma dada indicação, o operador SIRENE procede a uma verificação suplementar da qualidade dos dados em questão.

VII. OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Uma das características do SIS é a partilha de responsabilidades pelo uso deste sistema, em conformidade com o acervo de Schengen e as leis nacionais. O referido acervo é também o primeiro instrumento jurídico comum com disposições específicas de protecção de dados para a utilização do SIS.

A análise das respostas dadas revela algumas diferenças a nível da implementação das indicações do artigo 98.º. Estas diferenças prendem-se não apenas com as condições prévias nacionais a que devem obedecer as indicações, mas também com os procedimentos aplicados na sequência de uma indicação. No tocante ao envio de informações suplementares na sequência de um acerto, à utilização do SIRPIT e às categorias de autoridades com acesso às indicações, as respostas dos Estados Schengen acusam claras diferenças, por vezes devidas a leis e procedimentos judiciais nacionais.

A inspecção veio também revelar as diferenças consideráveis que existem na forma como os Estados Schengen aplicam as disposições do artigo 101.º, n.º 1, da CAAS em matéria de acesso aos dados do SIS pelas autoridades competentes. A ACC interroga-se sobre se algumas das autoridades que têm acesso pertencem à categoria das autoridades referidas no artigo 101.º, n.º 1, da Convenção de Schengen. Este aspecto é particularmente importante, tendo em conta a finalidade e a natureza de uma indicação do artigo 98.º.

Se bem que o acervo de Schengen não vise a harmonização das práticas nacionais, a implementação das disposições de Schengen – e por maioria de razão as que regem o tratamento de dados pessoais – exige, de facto, uma abordagem mais ou menos uniforme. É de tal modo importante garantir a qualidade dos dados e assegurar o controlo e a gestão das indicações, que devem ser aplicados, sempre que necessário, procedimentos semelhantes ou outras salvaguardas.

Neste contexto e tendo em conta as informações recebidas nas respostas de que as indicações caducadas nem sempre são suprimidas, deve ser desenvolvida uma abordagem mais harmonizada das apreciações periódicas para além da revisão ao fim de três anos prevista no artigo 112.º. Deve igualmente ser sublinhado o papel das autoridades judiciárias relativamente à necessidade de conservar uma indicação no SIS. As indicações nos termos do artigo 98.º devem ser inseridas para o fim exclusivo de comunicar o local de permanência; ou do domicílio da pessoa em causa para as necessidades das autoridades judiciárias. Uma vez alcançado este objectivo, convém apreciar a conservação da indicação e tomar as medidas necessárias. Este processo deverá incluir igualmente os procedimentos internos que levam à emissão de indicações do artigo 98.º.

Outro aspecto que merece atenção prende-se com a utilização de períodos de conservação de dados suplementares trocados via os Gabinetes SIRENE. As respostas ao questionário revelam que os Estados Schengen aplicam períodos de conservação diferentes apesar das regras precisas previstas na CAAS. O artigo 112.º aplica-se à indicação e o artigo 112.º-A aos dados tratados pelos Gabinetes SIRENE.

Tendo em consideração os resultados da inspeção no âmbito do artigo 98.º, a ACC gostaria de formular as seguintes recomendações:

1. Em todos os Estados Schengen devem ser definidos procedimentos escritos formais a adoptar por todas as autoridades que participam na inserção das indicações do artigo 98.º.
2. No caso de várias autoridades participarem na inserção das indicações do artigo 98.º, os procedimentos devem ser coerentes e uniformemente aplicados.
3. Deverá ser melhorado o cumprimento dos períodos de reapreciação e retenção dos dados de acordo com os artigos 112º e 112º-A da CAAS.
4. Todos os Estados Schengen devem utilizar o formulário G.
5. Todos os Estados Schengen devem verificar se as autoridades nacionais que têm acesso às indicações do artigo 98.º se equiparam às autoridades a que se refere o artigo 101.º, n.º 1, da CAAS.

VIII. ANEXOS

Artigo 98.º

1. Os dados relativos às testemunhas, às pessoas notificadas para comparecer perante as autoridades judiciárias no âmbito de um processo penal a fim de responderem por factos que lhes são imputados ou às pessoas que devam ser notificadas de uma sentença penal ou de um pedido para se apresentarem para cumprir uma pena privativa de liberdade, serão incluídos, a pedido das autoridades judiciárias competentes, para efeitos da comunicação do local de permanência ou do domicílio.
2. As informações solicitadas serão comunicadas à parte requerente em conformidade com a legislação nacional e com as convenções em vigor relativas ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal.

Artigo 101.º-B

1. Os membros nacionais da Eurojust e seus assistentes têm o direito de acesso, e de consulta, aos dados dos Sistema de Informação Schengen inseridos ao abrigo dos artigos 95.º e 98.º.
2. Os membros nacionais da Eurojust e seus assistentes podem unicamente consultar os dados de que necessitam para o exercício das suas funções.
3. Sempre que uma consulta efectuada por um membro nacional da Eurojust revelar a existência de uma indicação no Sistema de Informação Schengen, esse membro nacional deverá informar do facto o Estado-Membro que inseriu essa indicação. Quaisquer informações obtidas em tais consultas só podem ser comunicadas aos Estados e organismos terceiros com o consentimento do Estado-Membro que inseriu essa indicação.
4. O presente artigo em nada afectará as disposições da decisão do Conselho relativa à criação da Eurojust respeitantes à protecção de dados e à responsabilidade por qualquer tratamento não autorizado ou incorrecto dos dados por parte dos membros nacionais da Eurojust ou dos seus assistentes, nem os poderes da Instância Comum de Controlo, instituída nos termos do artigo 23.º da referida decisão do Conselho.
5. Cada consulta efectuada por um membro nacional da Eurojust ou pelo seu assistente deverá ser registada em conformidade com o disposto no artigo 103.º e deverá ser registada cada utilização feita dos dados a que aceder.

6. Não deverão ser conectadas quaisquer partes do Sistema de Informação Schengen nem transferidos os dados nele inseridos aos quais os membros nacionais ou seus assistentes têm acesso para nenhum outro sistema informático de recolha e processamento de dados em funcionamento na Eurojust, nem deverão ser descarregadas quaisquer partes do Sistema de Informação Schengen.
7. O acesso aos dados inseridos no Sistema de Informação Schengen deverá ser limitado aos membros nacionais e seus assistentes e não é extensível ao pessoal da Eurojust.
8. Serão adoptadas e aplicadas as medidas previstas no artigo 118.º.

Artigo 105.º

A parte contratante autora da indicação é responsável pela exactidão, pela actualidade, bem como pela licitude da inserção dos dados no Sistema de Informação Schengen.

Artigo 112.º

1. Os dados pessoais inseridos no Sistema de Informação Schengen para efeitos de procura de pessoas serão conservados apenas durante o período necessário para os fins a que se destinam. O mais tardar três anos após a sua inserção a parte contratante autora das indicações apreciará a necessidade da sua conservação. Este prazo será de um ano relativamente às indicações a que se refere o artigo 99.º
2. Cada uma das partes contratantes estabelecerá, se for caso disso, prazos de apreciação mais curtos em conformidade com o seu direito nacional.
3. A função de apoio técnico do Sistema de Informação Schengen indicará automaticamente às partes contratantes a eliminação programada no sistema, mediante um pré-aviso de um mês.
4. A parte contratante autora da indicação pode, durante o período de apreciação, decidir mantê-la, caso se torne necessário para os fins subjacentes a essa indicação. A prorrogação da indicação deve ser comunicada à função de apoio técnico. As disposições do n.º 1 são aplicáveis à indicação prorrogada.

A. DECISION ON AN ARTICLE 98 ALERT

1. Which competent authorities may decide on an Article 98 alert?

2. Is there a specific procedure established for this category of alerts?

Yes No

If the answer is yes, please describe the procedure:

3. Is the purpose of locating or tracing witnesses and persons summoned to appear before a judicial authority in connection with criminal proceedings or to serve a custodial sentence a prerequisite for issuing an alert pursuant to Article 98?

Yes No

4. Are alerts only processed when the person involved has no permanent address?

Yes No

5. If a person has a permanent address what is the reason for a Schengen alert?

6. In your country, how many Article 98 alerts have been issued for each of the following cases:

(a) witnesses

0% – 15% 15% – 30% 30% – 45% 45% – 60% 60% – 75% 75% – 100%;

(b) when persons are summoned to appear before the judicial authorities in connection with criminal proceedings in order to account for acts for which they are being prosecuted

0% – 15% 15% – 30% 30% – 45% 45% – 60% 60% – 75% 75% – 100%;

(c) when persons are to be notified of a criminal judgment or of a summons to appear in order to serve a custodial sentence

0% – 15% 15% – 30% 30% – 45% 45% – 60% 60% – 75% 75% – 100%.

7. Is there a specific procedure concerning the communication of data to the requesting party?

Yes No

If the answer is yes, please explain:

B. CONTENT OF THE FILE

1. Is there a file at the SIRENE bureau?

Yes No

1a. Does further information communicated after a hit fall within the scope of mutual judicial assistance?

Yes No

1b. Is the Sirpit procedure (Sirene Picture Transfer) exchanging pictures and fingerprints used for the purpose of the person's identification?

Yes No

1c. Is there a procedure for further use of the data exchanged via the Sirpit procedure (including archiving)?

Yes No

If the answer is yes, please explain:

1d. Is there a periodic review as to the necessity of the storage of the transmitted information?

Yes No

1e. Is the obligation for periodic review laid down in an official policy document?

Yes No

1f. Which authorities in your country have access to SIS Article 98?

2. Are there any additional procedures that are applied concerning the checking of the data involved in Article 98 alerts?

Yes No

If the answer is yes, please explain:

IX. ANSWERS

A. DECISION OF ARTICLE 98 ALERT

1. Which competent authorities may decide for Article 98 alert?

Austria	In Austria the public prosecutors are competent to issue Article 98 alerts (Section 169 paragraph 1 Strafprozeßordnung 1975, Federal Law Gazette No. 631/1975, abbr. <i>StPO</i>).
Belgium	In Belgium it is only judicial authority.
Czech Republic	Judicial or prosecution authorities might decide for such an alert only.
Denmark	In Denmark the local police district that is in charge of the investigation decides for Article 98 alert. (The Danish Police is organised with a central unit – The National Police – and 14 local police districts.)
Estonia	In Estonia, on entry the alert decide Security Police Board; Tax and Customs Board; Border Guard authorities; Police authorities; Prosecutor’s Office; courts in cases on which proceedings are being conducted in court.
Finland	The public courts and public prosecutors.
France	The judicial authorities may register witnesses and the persons summoned to appear in connection with a judicial case.
Germany	In Germany, the decision (instruction) to issue an SIS-alert under Article 98 of the CIS lies exclusively with the judicial authorities.
Greece	All competent judicial authorities.
Italy	These alerts are entered at the request of judicial authorities.
Hungary	In Hungary, competent are police, public prosecutors and courts.
Iceland	The National Police Commissioner.
Latvia	In Latvia, the decision can be taken by any competent authority in the frame of criminal investigation. If there is an need to enter alerts into SIS the authority in charge of the criminal proceedings takes the decision and enters mentioned information in Latvian national data base, but the copy of the decision sends to SIRENE Bureau. SIRENE Bureau receiving the copy of decision verifies it and accepts the entry of the data into SIS.
Lithuania	In Lithuania, the alerts are prepared by the territorial and specialised police institutions and State Border Guard Service and its structural units. SIRENE National unit of International Liaison Office of Lithuanian Criminal Police Bureau of Police Department (hereinafter – SIRENE National unit), having checked the alerts for their legitimacy and expediency is responsible for issuing of alerts in SIS 1+.
Luxembourg	In Luxembourg, Prosecutor (Procureur d’Etat) and General Attorney (Procureur général d’Etat).
Malta	In Malta, only the Police may submit Article 98 alerts. However, the Office of the Attorney General and Law Courts may request an alert under Article 98. This has never happened so far.
The Netherlands	The public prosecutors.
Norway	The competent authority (the police) can decide to issue a SIS alert in pursuance of Art. 98.
Poland	In Poland, pursuant to Art. 3 paragraph 1 item 3 of the Act of 24 August 2007 on the participation of the Republic of Poland in the Schengen Information System and Visa Information System courts and units of the public prosecutor’s office are the institutions in Poland which are entitled to enter data on persons referred to in Art. 98 of the Schengen Convention. This provision implements in the Polish legal regime Art. 98 of the Schengen Convention.
Portugal	All competent judicial authorities.
Slovakia	In Slovak Republic, an alert according Article 98 is inserted into SIS through the national police information system for wanted persons by competent office of judicial and criminal police following the request of judicial authority (court, prosecutor, and investigator).
Slovenia	In Slovenia, only SIRENE office has the authority to make the final decision on issuing any alert. Requesting authorities in the case of Art. 98 alerts are only courts.
Spain	In Spain, only judicial authorities may decide for Article 98 alert.
Sweden	The public courts and public prosecutors.
Switzerland	In Switzerland, judicial authority or prosecution authorities.

2. Is there a specific procedure established for this category of alerts? If yes, please, explain.

Austria	Yes. In Austria, the specific procedure depends on the SIRENE manual and various internal police rules on procedure, in particular the “ <i>Fahndungs- und Informationsvorschrift</i> ”, abbr. <i>FIV</i> and the “ <i>Fahndungsvorschrift für die Bundesministerin für Justiz, Finanzen und Inneres</i> ”, abbr. <i>FaV</i> .
Belgium	Yes. In Belgium, the magistrate requests a police service that will be in charge of circulating a national alert and sending a request for international alert to the SIRENE bureau.
Czech Republic	No. Personal data concerning persons summoned to appear before the judicial authorities are stored in a national information system for searched or missing persons that is a source system for this category of alerts in the SIS.
Denmark	Yes. In Denmark, the local police districts register a request for an alert in the case management system (POLAS). The requests are automatically forwarded to the Sirene Bureau which tests the legality and completeness of the alerts. The Sirene Bureau enters the final record in SIS. Alerts are deleted via POLAS by the police district.

Estonia	Yes. In Estonia, a degree issued by the investigating authority for declaring the person wanted, a court order or judgement shall serve the bases for entry of the information.
Finland	Yes. In Finland, city court or public prosecutor sends a demand for executive assistance to police in order to make an alert on category 98. Police enters the alert into national police data file. SIRENE-office checks the alert and enters the alert into SIS.
France	Yes. The article 98 alert is required by the judicial authorities.
Germany	Yes. In Germany, a specific procedure for placing an alert is not provided for by law. In accordance with the relevant administrative regulations (cf. item 39 et seq. of the Guidelines for Criminal Proceedings and Proceedings to Impose a Regulatory Fine), alerts under Article 98 are placed by the competent public prosecutor's office.
Greece	No.
Italy	Alerts are entered by a police office following the input given by judicial authorities, which have exclusive jurisdiction over deciding on the alert. The head of the police office records issuance of the alert in an internal document and has no discretion in terms of the relevant assessment. The police office only checks that the data to be entered are accurate and consistent with those contained in the judicial order.
Hungary	No.
Iceland	Yes. A request in writing from a police authority is a prerequisite for an Article 98 alert.
Latvia	No.
Lithuania	<p>Yes. In Lithuania, the International search announcement procedure has been regulated by the Order of 16th July 2003 of the Minister of the Interior of the Republic of Lithuania (a new wording of Order of 26th June 2007) adopted Instruction for Persons' Search and by the Order of 6th August 2007 of the Lithuanian Police Commissioner General adopted Description of Procedure Regarding the Alerts on Persons Enforcement and Data Processing.</p> <p>In order to issue the international search of the suspect, defendant, convicted person or witness for detection their whereabouts in abroad according to Article 98 of the Schengen Convention, the search executor must fill in the established form of request to issue the international alert on SIS 1+ in the data base of the Departmental Register of the Persons Sought, Unidentified Corpses and Unknown Helpless Persons, that is, he fills in all the necessary areas for the international alert on SIS 1+ (surname and forename, all aliases (if possible, registered separately), any exceptional objective permanent physical features, the first letter of the second forename, date and place of birth, sex, nationality (citizenship), whether the person concerned is armed, whether the person concerned is violent, reasons for alert, actions to be taken).</p> <p>After the established form of request for the international alert issuing is filled in, the search executor sends by post the search documents necessary for the issuing of the international alert to SIRENE National unit no later when the next working day.</p> <p>The international alerts are confirmed by SIRENE National unit after the national alert was inserted and after receiving the request of the alert initiator and the search documents, which imply the particulars of the person's sought, particular features, the probable whereabouts.</p> <p>SIRENE National unit assesses the lawfulness of the search issuing on the grounds of the transmitted search documents and inspects and checks the data quality of the requests to issue the person's search on SIS 1+ in a specific software application. The alert on SIS 1+ is confirmed within 24 hours.</p> <p>The alert initiator checks the forwarded request in the Departmental Register of Persons Sought, Unidentified Corpses and Unknown Helpless Persons within the seven days period after the international alert documents were sent, which may be: 1. rejected; 2. confirmed; 3. sending.</p> <p>In cases where the request for the issuing of international alert presented by the alert initiator in the Departmental Register of Persons Sought, Unidentified Corpses and Unknown Helpless Persons is not properly completed or not comprehensive, the SIRENE National unit in such request underlines the reasons for rejecting the request. The alert initiator must correct and properly fill the request for the international alert and to repeatedly refer for inserting the international alert.</p> <p>If the international alert is not confirmed or rejected within seven days period and the request state is in "sending" position, the alert initiator refers to the SIRENE National unit and in such way the reasons for failing to check the alert are found out.</p> <p>Having received the request to confirm the person's sought international alert in SIS 1+, which has already been inserted by the other search initiator both on national and international level, the SIRENE National unit, in comply with the alert priority, decides which alert is to be forwarded to SIS 1+. If the SIRENE National unit makes decision to cancel the inserted alert and replace it by the more significant international alert inserted by other search initiator, on this the alert initiator of the cancellable alert is notified in writing.</p> <p>Having detected a person sought in Lithuania or having received the report on person's whereabouts detection abroad, inserted by SIRENE National unit, the search executor, on whose request the international search has been declared, cancels the national search and fills in the appropriate areas in the Departmental Register of the Persons Sought, Unidentified Corpses and Unknown Helpless Persons. SIRENE National unit reviews the received report in a special software application regarding the suspended search on national level and confirms on the same day that the person's search has been cancelled in SIS 1+.</p>
Luxembourg	No.
Malta	Yes. In Malta, a mail is sent from the Police Inspector carrying out prosecution and the alert is generated first in the National Stop List. This is evaluated by SIRENE Office and if the criteria demanding an alert under Article 98 are satisfied, the data is uploaded in NSIS and the alert is generated.
The Netherlands	Yes. In the Netherlands, the Head of the Public Prosecution Service issued extensive NSIS instructions which give a detailed description of the cases in a which a SIS alert is allowed, who makes the decision, who sees to it that the appropriate criteria have been met, and which authorities involved in alert notices are to carry out which

	tasks.
Norway	Yes. The local police will enter the alert in Norway's national police circulation database. In the event that the person is to be the subject of a SIS alert, the alert is forwarded to the SIRENE bureau for processing and quality assurance before being entered in the SIS.
Poland	Yes. In Poland, these alerts are optional, after the courts or public prosecutor's offices have considered, whether importance and character of the case justify issuing such alerts and whether there is a suspicion that persons enumerated in Art. 3 paragraph 1 item 3 of the Act of 24 August 2007 on the participation of the Republic of Poland in the Schengen Information System and Visa Information System stay or may stay on the territory of the Schengen Area member states. This issue is regulated by the provisions of draft regulations by the Minister of Justice introducing amendments to the regulations governing the performance of duties of common courts and public prosecutor's office.
Portugal	No.
Slovakia	No.
Slovenia	Yes. In Slovenia, courts send request for issuing of alert either to local police or directly to SIRENE bureau. Usually when it is expected to find the person in Slovenia, the request is first sent to the local police unit.
Spain	No.
Sweden	Yes. In Sweden, there has to be a national alert before the Sirene bureau can make an international one.
Switzerland	Yes. In Switzerland, first of all the competent cantonal or national authorities have to establish a written decision. Then the police has to file a national alert in RIPOL, our national data base for searched persons and objects. The police will then send a Swiss form and the copies of the said judicial decision to the SIRENE office. The SIRENE office will then insert the alert into the SIS.

3. Is the purpose to locate or trace witnesses, persons summoned to appear before a judicial authority in criminal proceedings or to serve a penalty involving deprivation of liberty a prerequisite for issuing alert pursuant Article 98?

	YES	NO
Austria	x	
Belgium	x	
Czech Republic	x	
Denmark	x	
Estonia	x	
Finland	x	
France	x	
Germany	x	
Greece	x	
Italy	x	
Hungary	x	
Iceland ¹	x	
Latvia	x	
Lithuania	x	
Luxembourg	x	
Malta	x	
The Netherlands	x	
Norway	x	
Poland ²	x	
Portugal	x	
Slovakia ³	x	
Slovenia	x	
Spain	x	
Sweden	x	
Switzerland	x	

4. Are alerts only processed when the person involved has no permanent address?

	YES	NO
Austria	x	
Belgium		x

¹ The National Police Commissioner states that the purposes of Article 98 alerts registered in Iceland are the same as described in that provision of the Schengen Agreement.

² In Poland, Art. 98 alerts are issued only in case, when the activities consisting in locating or tracing persons enumerated in this article were unsuccessful in the country.

³ In Slovak Republic inserting of an alert according article 97 of Schengen convention is decided by judicial and criminal police in the long run.

Czech Republic		x
Denmark		x
Estonia		x
Finland	x	
France		x
Germany		x
Greece	x	
Italy ¹	x	
Hungary		x
Iceland		x
Latvia		x
Lithuania	x	
Luxembourg		x
Malta ²	x	
The Netherlands		x
Norway	x	
Poland ³		x
Portugal		x
Slovakia		x
Slovenia		x
Spain	x	
Sweden	x	
Switzerland		x

5. If a person has a permanent address what is the reason for a Schengen alert?

Austria	See question 4.
Belgium	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).
Czech Republic	The reason is that the person concerned was not found on the permanent address.
Denmark	Denmark - for example if the person is not met at the permanent address and is assumed to be abroad.
Estonia	In Estonia, a suspect, accused, victim, civil defendant or witness can be declared as a fugitive if she or he has failed without a good reason to appear when summoned and his or her whereabouts are unknown (also if he or she is not reachable on his or her permanent address), also a convicted offender may be declared a fugitive if she or he absconds from the execution of the court judgement.
Finland	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).
France	The article 98 alert may be decided on the grounds that the person doesn't reside at this address.
Germany	<p>In Germany, the searching authorities will issue an alert under Article 98 CIS also in cases where the address at which a summons can be served differs from the known current abode of the person concerned. Pursuant to the Convention on Mutual Assistance in Criminal Matters between the Member States of the European Union of May 29, 2000, the judicial authorities may serve court documents, summons etc. directly by mail to the person concerned. For this purpose, however, the searching authority requires an official address at which a summons can be served, and an alert under Article 98 CIS serves to establish such an address. The following two examples may serve to illustrate this:</p> <p>Example no. 1</p> <p>An individual searched by a judicial authority works onboard a ship which regularly runs on the North European sea routes. Although the person is known to be onboard the ship, it is not possible to serve mail to the person. By issuing an alert under Article 98 CIS the judicial authorities try to establish an address within the European Union at which a summons may be served so that e. g. an official document can be served to the person concerned.</p> <p>Example no. 2</p> <p>It is standard practise for the German judicial authorities to place Article 98 alert to establish the whereabouts of persons with a known address outside the EU. The Convention on Mutual Assistance in Criminal Matters between the Member States of the European Union of May 29, 2000, however, is not effective when it comes to serving judicial documents in states outside the European Union. Since the persons concerned are involved in a German judicial proceeding, there is a certain likelihood that they may have another address within the EU at which summons may be served. By placing an alert under Article 98 CIS the judicial authorities attempt to</p>

¹ In Italy, however, alerts are also processed if the person has a permanent address (domicile/residence) but cannot be located at that address.

² In Malta, there might be the possibility to generate an alert on a person with a permanent address only in cases where such address is not confirmed as the correct address.

³ In Poland, alerts may be processed, if it is impossible to determine the actual whereabouts of the person, despite of having a permanent address by him/her, e.g. in case of the person's hiding or lack of information on his/her changed or other place of residence. This question is not precise, it is unclear, what type of place of residence is meant, is it place of residence in the meaning of Art. 25 of the Civil Code?

	establish such an address.
Greece	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).
Italy	An alert is entered if the person cannot be located at her permanent address.
Hungary	In Hungary, the reason is that the person does not appear before judicial authorities when summoned/can't be found on the permanent address.
Iceland	According to the National Police Commissioner, the reason would be that the individual's permanent address abroad is not known.
Latvia	In Latvia, there is a possibility that the person is not located in a permanent or stated address. The subject may not know that is being traced as a witness or should appear before the judicial authority or even to serve a penalty.
Lithuania	In Lithuania, if the person's sought permanent place of residence is known for certain, the alert in comply with Article 98 of Schengen Convention is not issued. Only in the case where the whereabouts of the person sought is unknown, the alert is issued in comply with Article 98 of the Schengen Convention.
Luxembourg	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).
Malta	-
The Netherlands	In the Netherlands, an alert concerning an individual whose address in the Netherlands is known may only be issued after attempts to serve a summons at the address in question have failed.
Norway	The police might, for example, have the permanent address of the person in question, and notice has been served on that person by post, but it is returned unopened. The permanent address may also have been checked, and the subject does not live there.
Poland	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).
Portugal	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).
Slovakia	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).
Slovenia	In Slovenia, an alert is in such case issued if real address is different from registered permanent address and the person who is subject of alert is not residing at the registered address as the court needs real address.
Spain	The reason for a Schengen alert in this case would be that the person is not found at his/her permanent address after having tried unsuccessfully the legal attempts laid down in criminal and civil procedural regulations.
Sweden	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).
Switzerland	The reason is that the person in question is not found at the address in question (or multiple addresses).

6. In your country, how many Article 98 alerts have been issued for each of the above cases:

	(a) on witnesses	(b) when persons are summoned to appear before the judicial authorities in connection with criminal proceedings in order to account for acts for which they are being prosecuted	(c) when persons are to be served with a criminal judgment or a summons to report in order to serve a penalty involving deprivation of liberty
Austria	0% - 15%	75% - 100%	0% - 15%
Belgium	0% - 15%	60% - 75%	0% - 15%
Czech Republic	30% - 45%	60% - 75% ¹	60% - 75%
Denmark	no statistics available	no statistics available	no statistics available
Estonia	15% - 30%	60% - 75%	15% - 30%
Finland	0% - 15%	75% - 100%	0% - 15%
France	-	-	75% - 100% ²
Germany	15% - 30%	60% - 75%	0% - 15%
Greece	0% - 15%	0% - 15%	0% - 15%
Italy ³	-	-	-
Hungary	no statistics available	no statistics available	no statistics available
Iceland ⁴	75% - 100%	-	-
Latvia ⁵	-	-	-
Lithuania	0% - 15%	60% - 75%	30% - 45%
Luxembourg	45% - 60%	45% - 60%	0% - 15%
Malta	15% - 30%	75% - 100%	0% - 15%
The Netherlands ⁶	-	-	-

¹ These two categories (b) and (c) are not distinguished.

² People who are to be served with a criminal judgment or a summons to report in order to serve a penalty involving deprivation of liberty.

³ In Italy, there are 15,910 alerts in total, from them 10,922 - persons to be traced; 4,988 - persons to be apprehended.

⁴ An Article 98 Schengen alert has only once been registered in Iceland.

⁵ In Latvia, there is only general statistics on the number of art. 98 alerts: 117.

⁶ In the Netherlands, currently, a total of 80 Dutch article 98 alerts are included in the system. It is not possible to discern the categories below by means of a query. An exact answer to this question will only be possible after each alert has been studied separately.

Norway	no statistics available	no statistics available	no statistics available
Poland ¹	-	-	-
Portugal	0% - 15%	60% - 75%	15% - 30%
Slovakia	0% - 15%	30% - 45%	45% - 60%
Slovenia ²	0% - 15%	60% - 75%	0% - 15%
Spain ³			
Sweden ⁴	-	-	-
Switzerland	0% - 15%	0% - 15%	0% - 15%

7. Is there a specific procedure concerning the communication of data to the requesting Party?

Austria	Yes. In Austria, the specific procedure depends on the SIRENE manual and various internal police rules on procedure, in particular the “ <i>Fahndungs- und Informationsvorschrift</i> ”, abbr.FIV and the “ <i>Fahndungsvorschrift für die Bundesministerin für Justiz, Finanzen und Inneres</i> ”, abbr. FaV.
Belgium	No.
Czech Republic	No.
Denmark	No.
Estonia	Yes. In Estonia, the communication to the requesting party takes place through electronic channels, in case of a hit there is drawn up special form to inform the requesting party about the hit.
Finland	No.
France	Yes. For the moment the person is found, follows an exchange of forms with requesting Party.
Germany	Yes. In Germany, pursuant to the current SIRENE Handbook (version dated July 11, 2007), chapter 6, the information obtained in case of a hit is communicated by means of a Schengen form (G-form) and via a secure network to the state who has issued the alert.
Greece	Yes. In Greece, the requesting party is being notified on the address of the person and also from where he/she comes from and where he/she is going to. The measure is also communicated to the person.
Italy	No. Information on an alert is exchanged between the country entering the alert and the country where the given person was traced, by sending the forms that are envisaged within the framework of the SIRENE procedure.
Hungary	No.
Iceland	Yes. The National Police Commissioner states that communication of data is in accordance with Article 98 of the Schengen Agreement.
Latvia	No.
Lithuania	Yes. In Lithuania, SIRENE National unit is receiving requests from Schengen countries to serve with a judgments or summons to persons, for whom alerts are entered in comply with Article 98 of Schengen Convention. The received documents (In Lithuanian language) are transmitted to the police unit of the person’s sought permanent (registered) place of residence with request to serve with the document. On the request of the alert issuing state, the copy of document with a person’s signature is sent back. If the person is not found at the place of residence declared by him, on this the alert issuing country is notified. In this case when the person’s sought whereabouts have been detected due to the alert inserted by Lithuania according to Article 98 of Schengen Convention Schengen country detected the person’s sought whereabouts is requested to inform the person orally that the latter is called to appear concerning pre-trial or judicial investigation. Judgements of the Republic of Lithuania are transmitted to the Schengen countries by the aid of legal assistance requests.
Luxembourg	No. General police procedure to judicial authorities.
Malta	Yes. In Malta, a formal request is submitted by the requesting party. This may be usually submitted by email or an official letter. The information is then communicated accordingly if there is a hit.
The Netherlands	Yes. In the Netherlands, the NSIS instructions describe how to act when a Dutch alert leads to a hit in the Netherlands, a Dutch alert to a hit abroad, and a foreign alert to a hit the Netherlands.
Norway	Yes. The SIRENE bureau receives information about the basis for an Art. 98 alert from the local police. Upon request, this information may be sent to the requesting party.
Poland	No.
Portugal	No.
Slovakia	Yes. In Slovakia, if it is necessary to provide abroad with important information about witnesses or persons summoned to appear before a judicial authority in criminal proceedings or to serve a penalty involving deprivation of liberty, this information is exchanged by SIRENE bureau, which received request for information from competent authority responsible for searching on national territory.
Slovenia	Yes. In Slovenia, the procedure is described in detail in Practical policy regarding Schengen information system (SIS) for SIRENE bureau officials and final users (<i>Praktične usmeritve glede Schengenskega informacijskega sistema (SIS) za delavce Oddelka SIRENE in končne uporabnike</i>) – the document is not available in English.
Spain	Yes. The communication to the requesting party takes place through electronics channels (usually via fax). Once

¹ In Poland, the Ministry of Justice has neither record facilities not technical possibilities allowing answering this question.

² In Slovenia in total 395 alerts (175 already deleted by October 2008) have been issued based on Art. 98.

³ According to the contribution from Spain, it is impossible to know how many Article 98 alerts have been issued for each of the above cases as far as the SIS only take into account one entry: address searches. The only information that SIS has in relation to article 98 is that 5.572 alerts have been issued requesting the address of one person concerning the three cases aforementioned (a) (b) and (c).

⁴ The Sirene bureau in Sweden does not have any alerts according to Article 98.

	the Spanish police finds the place of residence or address of this person, the SIRENE bureau communicate this information to the SIRENE bureau of the requesting party in order to inform the Court or Tribunal which entered the alert in the system.
Sweden	-
Switzerland	Yes. In Switzerland, the SIRENE office transmits the information received in written form to the requesting Party, informing at the same time, that the alert will be deleted in the SIS.

B. CONTENT OF THE FILE

1. Is there a file at the SIRENE bureau?

Austria	Yes.
Belgium	Yes.
Czech Republic	Yes.
Denmark	No, however the Sirene Bureau has access to the relevant files issued by the police districts in the police case management system.
Estonia	Yes.
Finland	Yes.
France	No.
Germany	Yes. In Germany, only in case of a hit is the information exchanged stored in a file with SIRENE Germany.
Greece	Yes.
Italy	No. The SIRENE Bureau creates a file that is kept at the computerised filing system of the Central Criminal Police Directorate whenever an alert gives rise to correspondence, either because of a Hit or following an exchange of information. There is no dedicated filing system at the SIRENE Bureau.
Hungary	Yes.
Iceland	Yes.
Latvia	Yes.
Lithuania	Yes.
Luxembourg	Yes.
Malta	In Malta, a file is not always being opened. To date only 1 file has been opened and this happened further to an alert generated by another Schengen State which involved a hit in the National System and therefore further communication with the requesting party and in relation to the particular case was stored in this file.
The Netherlands	No.
Norway	Yes.
Poland	No. In Poland, the file is not at the SIRENE bureau, with the reservation of the right of the SIRENE bureau to access the contents of the alert processed in SIS. The case shall be initiated in the SIRENE bureau only at the moment when the need arises for international exchange of complementary information between SIRENE bureaus in connection with the processing of the alert in SIS or in connection with a hit.
Portugal	Yes.
Slovakia	Yes.
Slovenia	Yes.
Spain	No.
Sweden	-
Switzerland	Yes.

1a. Whether further information communicated after a hit falls within the scope of mutual judicial assistance?

Austria	No.
Belgium	No.
Czech Republic	No.
Denmark	Yes.
Estonia	Yes.
Finland	Yes.
France	Yes.
Germany	No. In Germany, as a rule, the information exchange following a hit falls under the international information exchange between police authorities pursuant to Article 39 CIS. Only in rare cases does this fall under the scope of mutual judicial assistance.
Greece	Yes.
Italy	No.
Hungary	No. Only in case if so requested.
Iceland	Yes. According to answers from the National Police Commissioner, this depends on the nature of a request for information.
Latvia	No.
Lithuania	Yes.
Luxembourg	Yes.
Malta	Yes.

The Netherlands	No.
Norway	-
Poland	No.
Portugal	No.
Slovakia	Yes.
Slovenia	Yes. In Slovenia, the procedure after a hit is conducted by the courts which communicate directly with the judicial bodies in relevant Schengen states. The SIRENE bureau pointed out that accuracy of alerts presents a problem as some Schengen states do not delete alerts which have already expired. In Slovenia SIRENE bureau regularly communicates with the courts to review state of Art. 98 alerts issued by Slovenia.
Spain	-
Sweden	-
Switzerland	Yes.

1b. Whether the Sirpit procedure (Sirene Picture Transfer) exchanging pictures and fingerprints are used for the purpose of the person's identification?

Austria	Yes.
Belgium	No.
Czech Republic	Yes.
Denmark	Yes.
Estonia	No. In Estonia, at present the SISNET has been used for exchanging pictures and fingerprints, as Sirpit is not connected yet. In future the Sirpit procedure will be used.
Finland	No.
France	No.
Germany	Yes.
Greece	Yes.
Italy	Yes. The SIRPIT procedure is implemented whenever it is necessary to identify the given person, subject to domestic legislation.
Hungary	Yes (if so requested).
Iceland	Yes. According to answers from the National Police Commissioner, the Sirpit procedure is used if needed.
Latvia	No.
Lithuania	No.
Luxembourg	No.
Malta	No.
The Netherlands	Only in very rare cases, normally No.
Norway	Yes.
Poland	No. The Polish SIRENE Bureau has not implemented SIRPIT.
Portugal	Yes.
Slovakia	Yes.
Slovenia	No. In Slovenia, Sirpit procedure is not being used yet as the technical implementation for use of standardized format and software has not been finalised yet. It is planned to launch the use of Sirpit by the end of 2008.
Spain	Yes.
Sweden	-
Switzerland	No.

1 c. Whether there is a procedure on the further use of the data exchanged via the Sirpit procedure (including archiving)?

Austria	Yes. In Austria, the proceedings fall within the Security Police Act (<i>Sicherheitspolizeigesetz</i> , abbr. <i>SPG</i>) and the Data Protection Act (<i>Datenschutzgesetz 2000</i> , abbr. <i>DSG 2000</i>).
Belgium	No.
Czech Republic	Yes. Further use of the data exchanged via the Sirpit falls under rules for personal data processing given in the police act.
Denmark	Yes. In Denmark, further use of data is subject to the relevant Danish legislation.
Estonia	Yes. In Estonia, the pictures exchanged via Sirpit procedure will be recorded in our national police information system and added to the personal data already existing in the system.
Finland	No.
France	No.
Germany	Yes. In Germany, the exchange of information via SIRPIT is governed by Article 98 CIS in conjunction with Article 39 CIS. The information provided will be stored no longer than is necessary for the intended purpose. Article 112 A (2) CIS notwithstanding, the documents are as a rule and pursuant to Article 112 (1) CIS deleted no later than one year after the cancellation of the alert from the SIS.
Greece	No.
Italy	No. At national level, the picture and fingerprint data are only used in connection with the specific case for which the data were requested. Their archiving arrangements are the same as those applying to the respective file.
Hungary	Yes. In Hungary, this information is stored as supplementary information.
Iceland	No. According to the National Police Commissioner, data transmitted via the Sirpit procedure are kept by the

	receiving police authority. The National Police Commissioner states that the data – not applicable.
Latvia	No.
Lithuania	No.
Luxembourg	No.
Malta	Yes. In Malta, although further use of data exchanged via Sirpit has never happened under Article 98, in the eventuality that a Sirpit exchange occurs, the printed version will be evaluated, checked for any hits, and then archived in put-away section.
The Netherlands	No.
Norway	Yes. Procedures have been designed for Sirpit use. If a foreign SIRENE bureau stipulates that storing is not allowed, the material will be destroyed.
Poland	No.
Portugal	Yes. In Portugal, the data stays annexed to the proceeding.
Slovakia	Yes. In Slovakia, any disclosure of information to other offices is automatically archived as a part of file and it is possible to check such disclosure backward anytime during existence of file.
Slovenia	No. In Slovenia, the procedure to be applied when the use of Sirpit is launched will be similar as for other documents and in accordance with the Decree on administrative operations. Active and permanent files will be stored separately, after two years of storage in archives files are permanently deleted or destroyed.
Spain	No.
Sweden	-
Switzerland	No.

1 d. Whether there is a periodic review as to the necessity of the storage of the transmitted information?

Austria	Yes.
Belgium	Yes.
Czech Republic	Yes. A general obligation for check of necessity of all personal data processed by the Police applies (the Police are obliged to process personal data for necessary period only and review the necessity each 3 year at least).
Denmark	Yes.
Estonia	Yes.
Finland	No, but the general national rules on storing the information sets requirements for storage and applies to the storage of information transmitted pursuant to Article 98.
France	No.
Germany	Yes.
Greece	No.
Italy	Yes, but this review is performed by the Archivio Affari Generali [Archiving Department for General Matters] at the Central Criminal Police Directorate in accordance with domestic legislation (New Arrangements Applying to the Archives of Public Security Offices – Instructions Issued on 20.12.1971). The SIRENE Bureau does not keep the relevant file.
Hungary	Yes.
Iceland	No.
Latvia	Yes.
Lithuania	Yes.
Luxembourg	No.
Malta	Yes.
The Netherlands	No.
Norway	Yes.
Poland	No. The rules of data storage referred to in Art. 98 of the Schengen Convention are provided for in adequate provisions regarding criminal proceedings. Whereas the rules regarding the storage of information by the SIRENE bureau are the same as for the remaining organisational units and divisions of the Police and were set forth in the Regulation no. 28 of 22 September 2000 by the Minister of Internal Affairs and Administration as regards organisation and scope of activity of works archives and files storehouses as well as rule of handling archival materials and non-archival documentation in the Ministry of Internal Affairs and Administration, and in the Regulation no. 5 of 2 February 2001 by the Police Commander in Chief as regards the methods and forms of chancellery work in the General Police Headquarters, Higher Police School and police schools. These provisions lay down the rules regarding the review as to the necessity of further data processing. Furthermore, on the basis of the special provisions to documentation of the SIRENE bureau the provisions of Art. 112A and 113A of the Schengen Convention shall apply directly.
Portugal	Yes.
Slovakia	Yes.
Slovenia	Yes.
Spain	No.
Sweden	-
Switzerland	Yes.

1 e. Whether the obligation for periodic review is laid down in an official policy document?

Austria	No.
Belgium	No.

Czech Republic	Yes. The obligation is laid down in the police act and in internal rules as well.
Denmark	No.
Estonia	Yes.
Finland	No.
France	No.
Germany	Yes. In Germany, for the duration of the SIS alert, archiving is governed by Article 112 A (1) CIS. In the event that the documents are transferred to the national archives upon cancellation of the SIS-alert, archiving will be governed by the Federal Data Protection Act, the BKA Law and the Directives for the Maintenance of person-related CID Data Collections.
Greece	No.
Italy	Yes. New Arrangements Applying to the Archives of Public Security Offices – Instructions Issued on 20.12.1971.
Hungary	No.
Iceland	No.
Latvia	Yes.
Lithuania	No. In Lithuania the regular survey of the information received in SIRENE National unit is ensured on the bases of good practice. From National Schengen Information System by automatic means are provided reports regarding the dismissal of alerts stored in SIS 1+. These reports with the aid of SIRENE software application are checked in the internal SIRENE documentation. The SIRENE forms received at the SIRENE National unit with the aid of SIRENE software application, for which no information cases are started, are deleted automatically. If the report is received on the cancellation of alert on SIS 1+ for the reasons of conducted information cases by SIRENE, in such event the cases executors on their discretion resolve the issue of closing the case. Further, the information case is submitted for finalizing. The right to finalize the cases at the International Liaison Office of Lithuanian Criminal Police Bureau have the Chief of the International Liaison Office of Lithuanian Criminal Police Bureau, his Deputy or the Chief of the SIRENE National unit. Further, the closed case is stored in the archive. Such information survey is performed pursuant to the internal instruction of the Chief of the International Liaison Office of Lithuanian Criminal Police Bureau. The written official document specifying the referred procedure does not exist.
Luxembourg	No.
Malta	In Malta, Sirene Manual and Schengen Convention are being followed.
The Netherlands	No.
Norway	-
Poland	No.
Portugal	Yes.
Slovakia	No.
Slovenia	Yes. In Slovenia, the review procedure is similar as in other documents. Each alert is reviewed and followed up by SIRENE bureau when changes of data, circumstances occur.
Spain	No.
Sweden	-
Switzerland	Yes.

1 f. Which authorities in your country have access to SIS Article 98?

Austria	In Austria, all federal prosecutors and police authorities.
Belgium	In Belgium, the federal and local police service as well as the magistrates.
Czech Republic	The Police and Customs authorities have direct access.
Denmark	In Denmark, The Danish Police Force. (The Danish Police is organised with a central unit – The National Police – and 14 local police districts and have the responsibility for the border control).
Estonia	In Estonia, an access have: police authorities for exercising police control through the police information system; border guard authorities for exercising police and border control through the SISone4ALL information system or the border guard information system; Tax and Customs Board for existing police and customs control through the police information system; Security Police Board for existing police control through the SISone4ALL information system.
Finland	In Finland, police, public prosecutors, border control and customs have access.
France	Judicial authorities, the SIRENE office, and any other authority authorized to consult the Searched Persons File/Database (FPR).
Germany	In Germany, access to Article 98 CIS is granted to the police authorities of the Federation and the federal states, the Federal Police and the customs authorities.
Greece	In Greece, the Judicial authorities (only the 15 Public Prosecutor's Offices at the Courts of Appeals) and the Central Authority (Section of Special Penal Cases and International Judicial Cooperation in Penal Cases – Ministry of Justice): limited access to the NSIS (only searching data related to their tasks). Also the Police and Coast Guard Authorities.
Italy	All police authorities.
Hungary	In Hungary, the police, public prosecutors, courts, investigation units of the Customs and Finance Guard have access.
Iceland	The National Prosecutor and the police have access to data so that they can be used for border control and law enforcement according to the Act on the Schengen Information System in Iceland, No. 16/2000, cf. Articles 6-8 of that Act, which correspond to provisions in Articles 94-100 in the Schengen Agreement.

Latvia	In Latvia, the access is given to: the State Police; the Security Police; the Financial Police; the Criminal investigation department of Customs; the Corruption Prevention and Combating Bureau; the State Border guard; the Department of Citizenship and Migration Affairs; the Military Police; the Prosecutor's Office; the Court; the Prison Administration; the Constitutional Security Bureau.
Lithuania	In conformity with the Regulations of the Lithuanian National Schengen Information System, approved by the Order of 17 th September 2007 of the Minister of the Interior of the Republic of Lithuania, the right of access to data concerning the alerts of Article 98 of Schengen Convention, processed by the National Schengen Information System are entitled: Police Department, specialized and territorial police institutions, State Border Guard Service and its structural units, Migration Department, Customs Criminal Service and territorial customs offices, Courts of the Republic of Lithuania, Prosecutor General's Office of the Republic of Lithuania and territorial prosecutor's offices. At present, the direct access to the Lithuanian National Schengen Information System have Police Department, specialized and territorial police institutions, State Border Guard Service and its structural units, Migration Department. After the performed inspections of logs on control of data review records regarding the receiving of data related to alerts of Article 98 of Schengen Convention, it turned out that only Police Department, specialized and territorial police institutions, State Border Guard Service and its structural units perform searches on receiving of data related to alerts of Article 98 of Schengen Convention. For the present Customs Criminal Service and its territorial customs offices have no right of direct access to National Schengen Information System, as the Data disclosure agreement is under coordination. The Courts of the Republic of Lithuania and also Prosecutor General's Office of the Republic of Lithuania and territorial prosecutor's offices have no direct access to the National Schengen Information System and no requests (queries) of the said institutions were received for obtaining the data related to the alerts of Article 98 of Schengen Convention.
Luxembourg	In Luxembourg, Ministry of Justice, Prosecutors, Police Grand-Ducale have an access.
Malta	In Malta, only SIRENE Unit at the Police has access to SIS Article 98. IT support personnel at NSIS Office may have access to anonymised information for technical support purposes.
The Netherlands	<ul style="list-style-type: none"> - Police Forces - Royal Netherlands Marechaussee - National Police Internal Investigation Department - Departmental Intelligence and Investigation Services (Ministry of Finance, Ministry of Social Affairs) - Public Prosecutor via IRC (Centre for International Assistance) - Customs - Ministry of Foreign Affairs - Immigration and Naturalisation Service
Norway	The police and border control officers with limited police powers.
Poland	In Poland, pursuant to Art. 4 paragraph 1 item 3 of the Act of 24 August 2007 on the participation of the Republic of Poland in the Schengen Information System and Visa Information System the institutions which are entitled to have direct access to National Information System in order to consult the data of persons referred to in Art. 98 of the Schengen Convention with a view to determining their whereabouts include: Border Guard, Police, Internal Security Agency, Military Police, Central Anticorruption Bureau, Customs Service, fiscal control authorities, courts and public prosecutor's offices.
Portugal	In Portugal, some law enforcement authorities (Aliens and Borders Office, Public Security Police, Republican National Guard, Criminal Police) and the judiciary authorities have the access.
Slovakia	In Slovakia the access have: Ministry of Interior; Ministry of Justice; Ministry of foreign affairs; Court, Prosecution; Railway police; Customs administration.
Slovenia	In Slovenia, at the moment only police has access and in future also the courts will have access.
Spain	Law enforcement authorities have a direct access while judicial authorities have an indirect access.
Sweden	-
Switzerland	In Switzerland, police, judicial authorities, border guard corps have the access.

2. Are any additional procedures that are applied concerning the checking of the data under Article 98 alerts?

Austria	No.
Belgium	No.
Czech Republic	No.
Denmark	No.
Estonia	No.
Finland	No.
France	No. France disposes of an automatic file cancellation system when the alert reaches the end of its validity period, or when the person is found. In that last case, the authorities whom entered the alert are informed and cancel this alert.
Germany	No.
Greece	No.
Italy	Yes. If there is an exchange of correspondence concerning a given alert, the SIRENE operator performs an additional check on quality of the data at issue.
Hungary	No.
Iceland	No , not applicable.

Latvia	Yes. In Latvia, in case of alert the competent authority makes following procedure: they establish his identity, his place of residence (in case if the person does not have permanent residence in our country, the competent authority asks to write the address by genuine handwriting), explain the purpose of the check. The gathered information is sent to local SIRENE bureau and the bureau forward the information to the requesting Party.
Lithuania	No.
Luxembourg	No.
Malta	Yes. In Malta, prior to upload data to NSIS, this always verified by the SIRENE Unit.
The Netherlands	No.
Norway	No.
Poland	No.
Portugal	No.
Slovakia	No.
Slovenia	No.
Spain	No.
Sweden	-
Switzerland	No.